

Jornalismo e memória: Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil¹

Henrienne Barbosa²

Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)

Resumo

Em 1979, Eunice Michiles tornou-se a primeira senadora do Brasil e dedicou seu mandato à expansão e solidificação dos direitos femininos no país. Os registros desse marco histórico estão, sobretudo, dispersos em matérias jornalísticas, além da documentação oficial do Congresso, incluindo o *Diário Oficial*. O objetivo dessa pesquisa é investigar a relação entre Jornalismo e memória, com o resgate desse importante momento histórico. A pesquisa contempla a análise de textos jornalísticos da grande imprensa, de vários Estados brasileiros, correspondentes ao período do mandato senatorial de Eunice, de 1979 a 1986. Para melhor analisar as peculiaridades da mídia impressa, como fonte histórica, foram realizadas entrevistas com a senadora. A perspectiva metodológica utilizada foi predominantemente qualitativa, com base na Análise de Conteúdo.

Palavras-chave

Jornalismo, memória, mulher, poder.

Introdução

Em 9 de outubro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Federal Nº 10.745, que instituiu o ano de 2004, o “Ano da Mulher”. A partir da lei, o senador José Sarney criou a Comissão Especial Temporária Ano da Mulher, presidida pela senadora Serys Slhessarenko (SENADO FEDERAL, 2004). Entre outras ações, o “Ano da Mulher” no Senado Federal serviu para resgatar um pouco da memória das conquistas femininas, sobretudo no mundo da política, apontando para uma série de desafios que ainda perduram. E eles são muitos: combate à violência, equiparação de salários, creches suficientes e adequadas para permitir a jornada de trabalho das mães, maior participação feminina na política. A lista é extensa e inclui, entre as ameaças aos direitos femininos, o

¹Trabalho apresentado ao Seminário de Temas Livres em Comunicação.

² Jornalista. Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bolsista da Capes e membro do grupo de pesquisa em Ciência & Tecnologia, do CNPq, coordenado pela Dr.^a Prof.^a Graça Caldas.

desrespeito ou indiferença diante de importantes conquistas históricas: o descaso pela memória.

Até o início de 2005, quem caminhava pelo túnel da história do Senado Federal não via nenhuma foto de suas senadoras. Nenhum marco para uma das mais importantes conquistas femininas: a chegada da mulher ao Senado Federal. Só agora, quase 20 anos depois, inicia-se uma mudança nesse quadro, com a inauguração em 2005 de uma galeria de fotos das mulheres senadoras, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Contudo, sobre a história de Eunice há poucas informações publicadas, e nenhum trabalho acadêmico. Embora dispersa, boa parte de sua história pode ser encontrada nos jornais. O objetivo dessa pesquisa é reconstituir a ação parlamentar da senadora, por meio da análise de matérias jornalísticas da grande mídia, sempre atenta à relação que se estabelece entre o Jornalismo e suas peculiaridades como fonte histórica.

Metodologia

O trabalho está dividido em quatro partes. Inicialmente, há uma pequena biografia de Eunice Michiles, seguida de um tópico que trata da importância da verdade factual, no processo de construção da história, quando discuto o fazer jornalístico e sua relação com a história. Por último, analiso matérias jornalísticas sobre Eunice, referentes aos anos de seu mandato senatorial, que vai de 1979 a 1986. Trata-se de uma análise qualitativa, e em alguns momentos quantitativa e comparativa, com base na Análise de Conteúdo. Oscilando entre os pólos da objetividade e da subjetividade, esse tipo de análise “absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem (BARDIN, 1985: 9). De acordo com Krippendorff (1990), a Análise de Conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que possam aplicar-se ao seu contexto.

Foram coletadas 164 matérias, de 20 jornais da grande imprensa de 11 Estados brasileiros (*Ver Tabela 1*), a partir de pesquisas em arquivos de jornais e mantidos pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal e em dois livros-coletânea, editados pela própria senadora (BRASIL, 1980; BRASIL, 1982), que reúnem recortes de

textos jornalísticos. Só foram considerados os textos que tratam diretamente de Eunice Michiles e estão enquadrados nos seguintes subgêneros jornalísticos: artigos, notícias, reportagens, entrevistas e editoriais (Ver Tabela 2).

Tabela 1

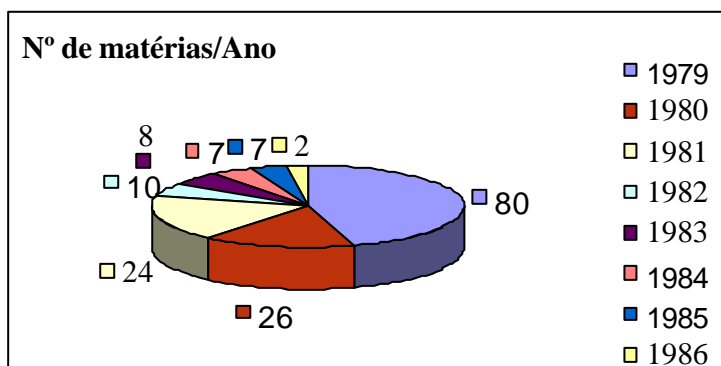
Matérias jornalísticas divididas por jornais da grande imprensa e seu respectivo Estado. O número de matérias de cada jornal está indicado entre parêntesis. Dos jornais abaixo, apenas dois não mais existem: *Última Hora* (1951-1991) e *A Província do Pará* (Jornal fundado por Antônio Lemos, no final do século 19, que, depois de fechado, foi reaberto e chegou a fazer parte dos Diários Associados de Assis Chateaubriand).

- 1)São Paulo: FSP (11), OESP (14), Diário do Grande ABC (1).
- 2)Rio de Janeiro: O Globo (19), Jornal do Brasil (12), Tribuna da Imprensa (8), Jornal do Commercio (9), O Dia (2), Última Hora (5).
- 3)Minas Gerais: O Estado de Minas Gerais (2).
- 4)Mato Grosso do Sul: Correio do Estado (1).
- 5)Brasília: Jornal de Brasília (18), Correio Braziliense (23).
- 6)Rio Grande do Sul: Zero Hora (2), Correio do Povo (2).
- 7)Paraná: O Estado do Paraná (1), Diário do Paraná (1).
- 8)Pará: O Liberal (2), A Província do Pará (1)
- 9)Amazonas: A Crítica (28)
- 10)Natal: Diário de Natal (1)
- 11)Pernambuco: Diário de Pernambuco (1)

Tabela 2

Subgênero jornalístico	N.º
Notícias	135
Reportagem	10
Entrevista	7
Artigos	10
Editorial	2

Gráfico 1



Para conhecer parte da história que a imprensa conta de Eunice, foram analisados, mais detalhadamente, os quatro primeiros temas mais recorrentes nas matérias consideradas, que somam mais da metade das unidades informativas (*Ver Tabela 3*).

Tabela 3

Chegada de Eunice ao Senado/Posse	60
Incentivo à participação da mulher na política	24
Direitos Femininos (diversas defesas)	11
Alteração do Código Civil/Virgindade	10
Investimento no Amazonas	7
Planejamento familiar	6
Abertura Política	5
Denúncia/ Contrabando de minérios	4
Trabalho social/mendigos	3
Eunice/Candidata à vice-presidência	3
Combate às drogas	3
Preconceitos contra Eunice	1
Outros	27

É importante ressaltar que entre as unidades informativas, apenas uma trata especificamente dos preconceitos que Eunice teve de enfrentar, pelo fato de ser mulher. Assunto contemplado nos tópicos finais deste trabalho.

Eunice, mulher determinada

Com uma atuação repleta de pioneirismos, Eunice Michiles não só abrilhantou sua história, como ajudou a escrever a história da mulher brasileira, dando força de lei às suas conquistas. De 1974 a 1978 foi a segunda deputada estadual mais votada do Amazonas. Devido a sua crescente popularidade no Estado, em 1978 o partido de sustentação do governo militar, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), convidou-a para compor a sua chapa – até 1979 o sistema eleitoral para o Senado era composto por chapas, cada uma com três legendas. A soma de legendas determinava a chapa vitoriosa e o mais bem votado dos três, mesmo que um dos candidatos da chapa derrotada houvesse alcançado mais votos, ocupava a cadeira. A intenção, contudo, não era fazer de Eunice senadora, mas somar sua legenda, contribuindo para que o governador João Bosco Ramos de Lima vencesse as eleições. João Bosco venceu e Eunice, com 32.819 votos, 46% dos votos do partido,

tornou-se sua suplente. Três meses depois, com a morte de João Bosco, ela entrou para história da República, como a primeira senadora do país e acabou descobrindo que, definitivamente, não estava nos planos do Senado Federal receber uma mulher. “Não havia sequer banheiro feminino na ala para os senadores”, conta.

Chegar ao poder em nome da mulher foi sua maior motivação. O combate das leis que legitimam o preconceito e a ampliação da participação feminina na política foram duas de suas prioridades, enquanto senadora. Sobre a mais forte de todas as suas defesas, é enfática em afirmar:

Eu nunca entrei nessa discussão homem *versus* mulher. Eu dizia: bem-vindo o homem. Eu tinha uma outra luta: o direito da mulher. O direito dela se profissionalizar, de estudar. Então quando me perguntavam se eu era feminista, eu rebatia com outra pergunta: “Depende. O que é ser feminista?”. Se for feminista é guerrear contra o homem, claro que não sou.

Em 1984, Eunice foi convidada para ser candidata à vice-presidência do Brasil, na chapa do ministro do interior, Mário Andreazze. Acabou unindo-se à Aliança Democrática, defendeu a candidatura de Tancredo Neves e se filiou ao partido da Frente Liberal (PFL). Em 1986, foi eleita deputada federal e participou da comissão que discutiu a Constituição de 1988, como 4ª Secretária da Mesa. Eunice fez mais uma grande conquista: foi a primeira mulher a ser Conselheira no Tribunal de Contas dos Amazonas, de 1992 a 1999, atuando também como vice-presidente. Sobre os anos que esteve no Senado, ela afirma: “Foi difícil, me sentia atemorizada. Estava entre verdadeiros ícones da política. Mas, com o tempo, encontrei meu espaço, quebrei preconceitos, cumpri com o meu papel”.

Em defesa da memória

Em 2004, como parte das comemorações do Ano Nacional da Mulher, o Senado Federal publicou um anúncio de uma página, com os seguintes dizeres: “Princesa Izabel. A primeira mulher a ocupar assento no Senado. Senadora Izabel Cristina Leopoldina de Bragança” (BRASIL, 2004). Apenas um exemplo de mais um erro histórico. Segundo as próprias informações do *site* oficial do Ano Nacional da Mulher, Eunice Michiles é a

primeira senadora do Brasil (SENADO FEDERAL, 2005). A princesa Izabel, embora tenha desempenhado algumas funções políticas, jamais foi nomeada senadora.

Quando se renega o passado, violando-o com a indiferença ou a mentira, tanto o presente quanto o devir ficam seriamente ameaçados. Presente sem história, com histórias transformadas em ficções, sem compreensão das causas e conseqüências, no predomínio do esquecimento e da inverdade: vazio de três tempos. Pierre Vidal-Naquete, em citação de Boris Fausto (2005), sintetiza bem o que são os maus contadores da história: “assassinos da memória”. O que são os jornalistas na contagem dos fatos cotidianos? Historiadores do cotidiano. Indagado sobre qual é a função do historiador, Eric Hobsbawm (GIRON, 2005) respondeu:

É lembrar coisas que muita gente faz questão de esquecer. Vivemos hoje novas formas de vida, novos regimes precisam criar identidades que se adaptem a eles. Daí que é comum hoje governos e meios de comunicação inventarem um passado. Como dizia George Orwell, estamos numa idade em que o presente controla o passado. Altera-se a História para servir aos interesses de alguns poucos grupos. Cito o exemplo da Índia e da Itália, cujas histórias estão sendo adaptadas aos sistemas de governo atuais. É vital o historiador lutar contra a mentira. O historiador não pode inventar nada, e sim revelar o passado que controla o presente às ocultas.

É vital o jornalista lutar contra a mentira, não distorcer ou silenciar os fatos. Respeitar e contrapor as memórias, de modo a revelar as artimanhas do poder. Quanto aos que alegam que o fato não existe, Hannah Arendt alerta: a história pode ser narrada a partir de variadas perspectivas, no entanto a constatação das subjetividades não constitui “argumento contra a existência da matéria factual, e tampouco podem servir como uma justificação para apagar as linhas divisórias entre fato, opinião e interpretação, ou como uma desculpa para o historiador manipular os fatos ao seu bel prazer” (2003: p.296).

A história de Eunice nas páginas dos jornais: 12 de maio de 1979

Ao chegar ao Senado, levada pela morte do senador eleito, Eunice foi deitada na história sem grandes honras ou méritos. O que muitos não lembram é que Eunice, embora suplente, foi eleita por voto popular. Na época, a soma dos votos de três candidatos de um

partido determinava a chapa vencedora. Eunice contribuiu com 46% dos votos de sua chapa, e só não alcançou um resultado ainda mais surpreendente devido ao preconceito e as duras manobras políticas contra a sua candidatura.

Ao noticiar, em 12 de maio de 1979, que o Brasil tinha, finalmente, sua primeira senadora, os dois principais jornais brasileiros não diferiram muito na abordagem. A FSP sintetizou a conquista, com o título da matéria principal: “Com a morte de Bosco, mulher chega ao Senado”. No mesmo dia, o título da matéria de OESP foi: “Morte de Bosco leva ao Senado a primeira mulher”. *O Jornal do Brasil* e o *Correio do Povo* participaram do mesmo coro, com as respectivas chamadas principais: “Morte de João Bosco leva ao Senado primeira mulher” e “Morte de João Bosco leva ao Senado pela primeira vez uma mulher”. Esta é uma meia-verdade. Eunice só não venceu as eleições para o Senado por uma diferença mínima de votos, resultado de um partido que a queria apenas para somar legenda e eleger o seu homem-candidato, mas de modo algum aceitava a idéia de sua entrada no poder. Havia dois partidos de oposição para ela; o partido pelo qual Eunice concorreu era um deles. Foi a segunda candidata, de sua legenda, com maior número de votos, e em diferentes localidades, como Maués, venceu as eleições. Já tinha um passado de conquistas políticas extraordinárias. Fez campanha ousada, sem que contasse com apoio financeiro. Quando a chamavam ao palanque, era para fins de enfeite, um importante enfeite feminino capaz de arregimentar votos – ninguém esperava que fossem tantos – mas proibido de falar. À mulher política, que avançava intrepidamente o espaço público, negaram a palavra. Eis no palanque o silêncio do preconceito.

Nenhuma denúncia sobre as dificuldades que Eunice, por ser mulher, enfrentou na disputa política. Ao invés de combater o preconceito, a FSP o praticou, ao afirmar:

A vitória do falecido João Bosco sobre opositor Fábio Lucena foi obtida graças aos 32.819 votos conquistados por Eunice Michiles que – segundo seus companheiros de partido e os próprios adversários – teria conseguido votação bem maior em 15 de novembro se tivesse se empenhado mais arduamente na campanha. *FSP – Brasil. P.4. 12 de maio de 1979.*

Mais arduamente do que se empenhou? Se os “companheiros de partido e os próprios adversários” tinham sua opinião, o jornal deveria ter ouvido Eunice. Ela conta que, em diversas ocasiões, os candidatos da sua legenda saíam para o interior do Amazonas para

fazer campanha, sem avisá-la. Com pouco dinheiro, Eunice fez o que pode. A prova de seu engajamento veio com o resultado das eleições: o número de votos que obteve surpreendeu. Não faltou empenho da sua parte, foi por conta dele que não sucumbiu frente ao peso do preconceito.

Na análise de oito matérias, de 12 de maio de 1979, há exemplos de preconceitos contra a mulher – identificados nos textos acima – e desencontros, no relato factual, entre um jornal e outro, além da reprodução da mesma matéria, com títulos diferentes, por quatro jornais: *Última Hora*, *O Estado do Paraná*, *Jornal do Commercio* e *Jornal de Brasília*. A história fica comprometida pela inexatidão na prestação de informações objetivas, de menor e maior importância. Há três informações diferentes quanto a uma informação essencial: o número de votos alcançado por Eunice: para a FSP e o *Correio Braziliense* foram 32.819; para o OESP, “quase” 30 mil; para o *Jornal de Brasília* e os outros quatro que reproduziram a mesma notícia, o número é exatamente 30 mil votos. O jornal *O Globo* não deu essa informação. Segundo Eunice, ela teve 32.819 votos. Outro descompasso: A FSP afirmou que João Bosco havia vencido por uma diferença de 39 votos, em relação à legenda opositora; o OESP ampliou a diferença para 228 votos. As demais incorreções dizem respeito à biografia de Eunice. OESP noticiou que ela era formada em Teologia e pertencia à Igreja Batista. Eunice, na verdade, se formou em Pedagogia e Enfermagem, no antigo Colégio Brasileiro Adventista. Há também muitos erros relativos a sua idade e data de nascimento.

O dia da posse

Em 31 de maio de 1979, Eunice assumiu sua cadeira no Senado Federal. Na década de 70, o reconhecimento dos direitos da mulher, aos menos no discurso, começavam a ser muito bem vistos. Mais: com o enfraquecimento da ditadura, a Arena precisava da simpatia da opinião pública, que já ensaiava um movimento de redemocratização do país. Eunice daria à Arena imagem de modernidade – era o que pensava a cúpula do partido no Amazonas. Embora os discursos estivessem revestidos de orgulho – “Rosas para a senadora” –, Eunice sofreu preconceitos, que tentaram limitar sua atuação política do

começo ao fim. À primeira senadora do Brasil foi conferido um preconceito revestido de pétalas, cercado de sutilezas.

Eunice não era igual. Era uma mulher atrevido-se a ocupar o poder, reduto tipicamente masculino em toda parte. Na França do século 19, segundo conta Jean Lebrun, “tão logo uma mulher toma a palavra na tribuna, todos se preparam para aproveitar-se de suas dificuldades. Sua voz, seus gestos, seu *look*, todo seu corpo é objeto de um exame que predomina o irônico e o vulgar. Principalmente se, além disso, ela for jovem e bonita” (PERROT, 1998: 45). Foi situação semelhante a esta que Eunice enfrentou. A mídia que hoje serve de testemunha da história se dedicou em anotar o *look* da senadora, sua expressão, seu medo. Esperando que a qualquer momento ela tropeçasse em si própria?

“Nunca gostei dos eventos sociais. Não queria estar na mídia”, afirma Eunice. A mídia, no entanto, a queria. Jornais, televisão, flashes. Para uma mulher incomum, uma recepção incomum. “A tradicional cerimônia simples de prestação de compromisso constitucional transformou-se num concorrido acontecimento social”, publicou o jornal FSP, na primeira página, no dia 1º de junho de 1979, sobre a posse de Eunice. Esse mesmo jornal descreveu a roupa de Eunice, seu andar, o timbre da voz, a aparente insegurança. Fez pior. Depois de entrevistá-la, o jornalista da FSP dirigiu-se ao governador do Amazonas, José Lindoso, que estava ao lado de Eunice, dando início a um rápido diálogo, reproduzido por jornais de todo país:

— Governador, pelas respostas inteligentes e seguras da senadora, parece que o sr., como governador, encontrou nela uma excelente colaboradora.

Lindoso — Parece, não...

Eunice — Obrigada, governador...

Lindoso — Vocês ainda não conhecem bem a senadora. Ela tem uma grande experiência como parlamentar, pois foi deputada da assembléia Legislativa e a sua conduta sempre foi firme e corajosa.

O jornalista, que fez a entrevista em desafio a nova senadora, fracassa no seu intento, mas não deixa de menosprezar a mulher senadora – atitude que é reprovada imediatamente pelo governador José Lindoso. “A entrada da mulher na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate dos partidos, do legislativo ou do executivo. A política é uma profissão de homens, concebida e organizada no masculino”, afirma Lebrun

(PERROT, 1989: 50). Sua ação parlamentar exigia a construção de um caminho livre do preconceito de gênero. Antes de lutar em nome da mulher e de um país, Eunice precisou lutar por um espaço no poder, lugar de difícil acesso mesmo quando se consegue chegar até lá.

O fim da lei da virgindade

Em setembro de 1980, Eunice Michiles apresentou o Projeto de Lei Nº 237, no Senado Federal, para revogar os artigos 178 e 219 do Código Civil, que justificavam a anulação do casamento, caso o homem descobrisse, em dez dias após o matrimônio, que a mulher não era virgem. Os artigos datavam de 1916. Oito anos antes de entrar com o projeto, ela presenciou um fato que a motivaria, mais tarde no Senado, a combater a chamada “Lei da Virgindade”. “Quando morava em Manaus, um homem que era corretor de imóveis e deveria ter uns 30 anos, casou-se e, no décimo dia, pediu a anulação do casamento, alegando que a mulher não era virgem. Conseguiu”. A lei tornava-se ainda mais contestável, diante da pergunta: como provar que a mulher não era virgem? Era a palavra de um homem com a força da lei diante da mulher, calada por imposição legal.

O jornal FSP, que na época tinha como editor-chefe o jornalista Boris Casoy, no editorial “Nem virgem nem mártir”, considerou o projeto de grande importância no combate ao machismo e à violência contra a mulher, e afirmou que em algumas regiões do mundo a lei dava aos homens a permissão de decidir sobre a vida e a morte de sua esposa. A lei, disse a FSP em 21 de setembro de 1980, “é um dos fatores que inspira a tendência, ainda forte em certas regiões, para erigir um tribunal marital em que quaisquer sinais de que a esposa não corresponda a uma imagem de mulher assexuada e passiva possa ser punida de morte”. De modo geral os demais jornais apoiaram Eunice ou teceram um relato neutro.

A FSP, no entanto, no editorial de 21 de setembro, evidenciou o pré-julgamento que fez da primeira senadora do Brasil, mostrando o desconhecimento de sua história e contribuindo para o registro de uma inverdade, em suas páginas.

A senadora Eunice Michiles (PDS – AM) ainda não deu nenhum sinal de que sua presença na Câmara Alta provocasse mais do que um interesse devido a sua condição

feminina. Isto porque seu perfil de carreira, à sombra da antiga administração arenista em Manaus, não deixava prever mais do que um político governista tradicional, embora de saias. Até mesmo suas idéias sobre os direitos da mulher soavam tradicionais, não indo além do reconhecimento de algumas discriminações, aparentemente sem esposar as teses mais conhecidas dos movimentos feministas. A condição feminina, com tudo o que ela implica de opressão na nossa sociedade, parece entretanto ter falado mais alto. E a senadora acaba de apresentar projeto extinguindo mais uma discriminação odiosa contra as mulheres, a qual, se não tem o mesmo peso que outras desigualdades de alcance mais fundamental, como as de caráter econômico, tem valor simbólico.

A afirmação de que Eunice andava as sombras do governo militar reflete o desconhecimento do jornal acerca do passado político de Eunice. De 1950 a 1970, Eunice Michiles dedicou-se a construir escolas, prestar assistência médica e ajudar, de maneira direta, o povo amazonense, em Maués. Ela chegou a construir escolas em todo município de Maués e treinar pessoalmente os professores. Com a entrada dos militares no poder, Eunice foi perseguida e proibida de entrar na política, com a falsa acusação de peculato. Sem provas e com acusações absurdas, Eunice foi sumariamente julgada. Para ela, não havia dúvidas: a acusação falsa de desvio do dinheiro público foi o pretexto encontrado para afastá-la da política.

O marido de Eunice, Darcy Michiles, era deputado estadual pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido do governador. Inimigo político dos militares. Eunice era considerada a base de sustentação da política do marido, devido às suas atividades humanitárias no município de Maués. Por isso, resolveram puni-la, para neutralizar politicamente o seu marido. Ela conta:

Saiu no *Diário Oficial* que eu tinha sido demitida por peculato. Que injustiça! Eu fui tão ingênua que nunca me defendi. Até os nossos adversários políticos ficaram horrorizados. Os militares alegavam que eu tinham gasto dinheiro ilegal numa parada escolar que não existia. Na época até a revista *Cruzeiro* – espécie de revista *Veja* – publicou uma matéria falando da minha inocência. Mas eu mesma não me defendi. Errei. Esqueci que, 10, 20 anos depois, as pessoas não se lembrariam mais da minha inocência.

Eunice foi afastada de todas as atividades sociais em Maués. Deixou a escola, deixou sua vida na pequena cidade, foi obrigada a abandonar o que havia construído. Mas o futuro lhe daria de volta as oportunidades roubadas. Dois anos após ter sido punida, mudou-se para Manaus. Seu marido já estava na capital. Ali, em 1966, começou uma nova

e desafiadora vida. Em 1973, quando concorria como deputada estadual no Amazonas, sua candidatura foi impugnada. O motivo: alegavam que ela tinha sido punida pelo regime militar e deveria ficar afastada por dez anos da vida política. Depois de sofrer acusações em jornais, ser perseguida e não ter dinheiro para se defender, um advogado lutou por sua causa. No dia em que o caso de Eunice foi julgado, uma surpresa: os dez anos de punição haviam completado no dia anterior. Ela estava livre, para prosseguir. A polêmica toda, embora tenha acarretado muito sofrimento, projetou o nome de Eunice por todo o Estado, tornando-a conhecida. Funcionou como uma eficiente campanha.

Além das lutas políticas e da atuação direta com a população pobre do Amazonas, Eunice tinha idéias arrojadas, que destoavam das defesas políticas da época. Ao contrário do que a FSP afirma, Eunice nunca andou as sombras da situação, mas agiu em favor do bem público. Foi a única mulher a se posicionar a favor do planejamento familiar e contra políticas controlistas do governo, na prática da esterilização. Apesar dos pioneirismos, estava filiada à Arena. Ela explica: “Minha intenção era atuar na área social, não estava interessada em lutas partidárias. Concluí que poderia atuar mais livremente e a favor dos menos favorecidos se me filiasse à Arena”.

A participação da mulher na política

Um tema recorrente nas matérias analisadas, desde o primeiro ano de mandato, até 1986, é o empenho de Eunice em aumentar a participação da mulher na política. Em 1982, ela foi convidada pelo presidente do PDS (Partido Democrata Social), o senador José Sarney, para organizar o MDS (Movimento da Mulher Democrática Social). O MDS pertencia ao partido PDS – partido para o qual Eunice entrou em 1979, após a mudança do regime bipartidário para o pluripartidarismo. O MDS foi criado para ser “o centro de atualização política e preparação intelectual da mulher. Temos de prepará-la para assumir funções políticas”, defendeu Eunice, já como presidente do MDS, no *OESP*, em 30 de julho de 1982. “A parlamentar explicou que aceitou integrar o órgão para defender a sua tese da maior participação da mulher na formação de chapas de candidatos e também com relação à organização do governo”, publicou o jornal *O Globo*, em 28 de março de 1982.

O órgão cumpriu com a sua missão. Poucos meses após ter ajudado a criar o MDS, Eunice organizou o I Encontro Nacional da Mulher Democrática Social, que reuniu mais de mil mulheres de todo o país em Brasília. Por meio do MDS, Eunice pediu ao Presidente João Baptista Figueiredo que nomeasse uma ministra. Ele atendeu ao pedido em dez dias e nomeou a advogada e professora Esther de Figueiredo Ferraz para o Ministério da Educação e da Cultura. Esther foi a primeira ministra do Brasil. Quase dois anos depois dessa conquista, o presidente Figueiredo revogou as “Medidas de Emergência” do governo militar, logo após ter recebido uma delegação de mulheres lideradas por Eunice. Sobre sua participação no evento, ela afirma: “acredito que o fato de um grupo de mulheres, num encontro no Palácio do Planalto, ter solicitado levantamento das medidas de emergência contribuiu para a decisão do Presidente. Ele se mostrou simpático ao nosso pedido e outros fatores também devem ter pesado na decisão” (*Jornal de Brasília*, 13 de maio de 1984). Eunice também lutou pelo envolvimento da mulher na política, após filiar-se a um novo partido, o PFL (Partido da Frente Liberal), em 1984.

Os jornais trataram de divulgar e analisar essa importante defesa de Eunice: a participação da mulher na política. Quanto aos propósitos do MDS, uma das reportagens mais equilibradas foi a do *Jornal de Brasília*, sobre o primeiro encontro realizado pelo Movimento, que estava sendo acusado de, sob o pretexto de valorizar a participação da mulher na política, fazer campanha para o partido do general Figueiredo e conquistar votos femininos. O jornal não apenas expôs a acusação, como entrevistou Eunice. Ela foi direta: “Nós nos propomos mobilizar a mulher do PDS para ajudar a ganhar as eleições. Mas esse não é o único objetivo”. Eunice apontou mais quatro objetivos do movimento, após o período eleitoral: incentivo ao envolvimento da mulher nas questões políticas; manifestações para que o Estado construísse creches e prestasse informações sobre o planejamento familiar, com a distribuição gratuita de contraceptivos; e a indicação de mulheres para ocupar cargos do alto escalão do Poder Executivo.

Contudo, o fato de pertencer a um partido exigia o comprometimento com parte de sua ideologia e estratégias de fortalecimento: como a criação do MDS, para conter o avanço da esquerda brasileira entre as mulheres. Eunice nunca escondeu isso. E agiu com convicção. A tarefa dos jornais não era eliminar as incoerências, nem tão pouco atacar Eunice, sem conhecê-la melhor, mas seguir o conselho preciso de Hannah Arendt: narrar as

faces opostas, a contradição, a diversidade. Narrar Eunice, na busca pela sua história e seus pioneirismos, seus acertos e erros, suas derrotas e vitórias, sem a interferência de rótulos e preconceitos.

Conclusão

O jornalista, assim como o historiador, enfrenta situações parecidas na narração da história, como o desafio de preservar a verdade factual. Mais: precisa ser veloz na apuração dos fatos. Desta forma, como foi constatado, há o desencontro de datas, números, nomes em matérias de diferentes jornais. Embora não tenha sido o propósito deste trabalho fazer uma análise quantitativa sobre este tipo de imprecisão é provável que, as fontes históricas jornalísticas, na reconstrução da história, apresentem as conseqüências de uma historiografia cotidiana, apressada, com hora marcada para ser concluída e publicada: erros de apuração, superficialidade, ausência das causas e conseqüências, fragmentação do fato.

A costura das matérias jornalísticas sobre Eunice forma um rico material sobre esse importante momento histórico, a despeito de imprecisões na apuração de dados objetivos. A riqueza está justamente em poder analisar a “mentalidade da época”, em que se deu o fato histórico, com a diversidade de jornais analisados. No entanto, nesta pesquisa, verificou-se a reprodução da mesma matéria por diferentes jornais, apenas com a alteração dos títulos. E as citações, sobre determinados assuntos, foram reproduzidas em textos mais ou menos iguais na sua abordagem e estrutura. Embora também não exista um levantamento quantitativo a respeito desta constatação, é possível apontar a “mesmice da mídia impressa”, o alinhamento das matérias jornalísticas, como uma ameaça à reconstituição da história.

O uso do jornal como fonte histórica deve estar inserido em um contexto de contraposição de memórias diversas, como entrevistas e pesquisa a documentos oficiais. Mas a despeito de suas limitações, as fontes jornalísticas, por vezes, se configuram como a mais importante e numerosa prova histórica existente. No caso de Eunice as matérias jornalísticas ocupam papel central no resgate de sua memória – o fato de ter sido a primeira senadora do Brasil chamou a atenção da mídia, na época, e até hoje, não atraiu nenhum estudo com mais fôlego, por parte da academia.

São os historiadores do cotidiano – os jornalistas – que contam a história de Eunice. Mais ninguém, com tal intensidade. Há erros, preconceitos, marcas de uma época que, por si sós, se configuram em importantes fontes históricas – testemunhas de uma importante conquista na história dos direitos femininos no Brasil: a chegada da mulher ao poder. Há também acertos, revelações que estariam perdidas, se não fosse a percepção ágil do jornalista no retrato da primeira senadora do Brasil.

Na escrita da história, continua valendo o conselho de Heródoto, tanto para jornalistas quanto para historiadores – mais ainda para os primeiros, devido o encaicho do tempo: ouvir gregos e bárbaros, movido por uma “curiosa paixão”, aconselha Arendt. De que paixão se trata? “Essa é a raiz de toda a chamada objetividade – essa curiosa paixão, desconhecida exteriormente à civilização ocidental, pela integridade intelectual a qualquer preço. Sem ela ciência alguma jamais poderia ter existido” (ARENDR, 1997: 324).

Referências Bibliográficas

- ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1985.
- BRASIL. **Uma mulher no Senado: notas jornalísticas**. Brasília: Senado Federal, 1980.
- BRASIL. **Uma mulher no Senado: dois anos de mandato**. Brasília: Senado Federal, 1982.
- . **Senatus**. Vº 3, n.1. Brasília: abril de 2004. Pág. 64.
- FAUSTO, Boris. **O Holocausto e os anões**. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2003200513.htm>> Acesso em: 20 de mar. de 2005.
- GIRON, Luís Antônio. **Luta contra a mentira**. Disponível em
<<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT579096-1661,00.html>> Acesso em: 20 de mar. de 2005.
- KRIPPENDORFF, K. **Metodología de análisis de contenido. Teoria y práctica**. Barcelona: Piados Comunicación/39, 1993.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas: entrevista com Jean Lebrun**. São Paulo: Unesp, 1998.
- SENADO FEDERAL. **Ano da mulher**. Disponível em:
<<http://www.senado.gov.br/anodamulher>> Acesso em: 4 de fev. de 2004.
- SENADO FEDERAL. **Senadoras na história**. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/anodamulher/destaques/senadoras_na_historia.asp> Acesso em: 4 de fev. de 2005.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis, Vozes, 2002.